



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO 2009

Data: 26.04.2009

**INSTRUÇÕES PARA A PROVA**

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões** objetivas, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta**, constará de uma dissertação a ser elaborada pelo (a) candidato(a), a partir da escolha, análise e interpretação de um dentre os 03 (três) temas jurídicos apresentados. Servirá ela para aferir, além dos conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa**.
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **3 (três) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **15 questões** do total das 30 questões para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os(as) candidatos(as), nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (*bip*, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações**.
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações**.
- O(A) candidato(a) poderá levar consigo o caderno de provas, **faltando 1 (uma) hora para o término da prova e desde que entregues a folha de respostas e a dissertação ao fiscal**.
- O(A) candidato(a) deverá preencher a **caneta e com letra de fôrma** a folha de respostas, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D e E**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento à **grafite**.
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a)**.
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **27.04.2009, às 16:00h**, através do site [www.prpb.mpf.gov.br](http://www.prpb.mpf.gov.br), ou em lista afixada na recepção do prédio-sede da Procuradora, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 277, Centro, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial

**Boa prova !!!**

## PROVA OBJETIVA

### DIREITO CONSTITUCIONAL

**01. Faça a correlação entre os conceitos (sentidos) de Constituição com os respectivos conteúdos e, ao final, assinale a alternativa correta:**

I – Carl Schmitt distinguiu *Constituição de lei constitucional*. *Constituição*, para ele, restringe-se ao conjunto de normas que representam a decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.); as *leis constitucionais* seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional, mas que não contêm matéria de decisão política fundamental;

II – Neste conceito, semelhante ao de *Constituição* para Schmitt, é considerada constitucional a norma que define e trata das regras estruturais da sociedade, de seus alicerces fundamentais (formas de Estado, governo, seus órgãos etc.). Seria possível, assim, encontrar normas constitucionais *fora do texto constitucional*, pois o que interessa é o conteúdo da norma, e não a maneira pela qual ela foi introduzida no ordenamento interno;

III – Para Hans Kelsen, a Constituição tem o seu fundamento de validade na *norma hipotética fundamental*, norma suposta (não editada por nenhum ato de autoridade) que é fundamento de validade de todo o sistema e que determina a todos a obediência à Constituição. A partir daí, estabelece-se um escalonamento de normas em verticalidade hierárquica: a norma de hierarquia inferior busca o seu fundamento de validade na norma superior e esta, na seguinte, até chegar à Constituição, que, por sua vez, busca seu fundamento naquela norma hipotética;

IV – A Constituição, Ferdinand Lassale, seria a *somatória dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade* e, assim, só seria legítima se representasse o efetivo poder social, ou as forças sociais que constituem o poder. Caso contrário, seria ilegítima, uma *“simples folha de papel”*;

V – Neste sentido, é considerada constitucional qualquer norma introduzida no ordenamento jurídico por meio mais dificultoso do que o procedimento de elaboração das normas infraconstitucionais. Aqui, importa o modo como a norma foi introduzida, não o seu conteúdo.

- ( ) sociológico
- ( ) político
- ( ) formal
- ( ) jurídico
- ( ) material

**A sequência correta é a seguinte:**

- (a) IV, I, V, III e II
- (b) II, IV, III, V e I
- (c) IV, II, III, V e I
- (d) III, II, I, V e IV
- (e) IV, II, V, III e I

**02. Analise se são verdadeiras ou falsas as assertivas a seguir:**

I – O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 não tem relevância jurídica, não tem força normativa, não cria direitos ou obrigações, não tem força obrigatória, servindo, apenas, como norte interpretativo das normas constitucionais.

II – O preâmbulo não poderá prevalecer contra texto expresso da Constituição Federal, e tampouco poderá ser paradigma comparativo para declaração de inconstitucionalidade.

III – O ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) tem natureza de norma constitucional e poderá, portanto, trazer exceções às regras colocadas no corpo da Constituição.

IV – Uma associação, legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, vê violado um direito líquido e certo seu por ato abusivo de autoridade pública. Para defender tal direito, essa associação deve lançar mão de um mandado de segurança individual.

V – A Constituição Federal assegura as garantias do contraditório e da ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes, aos litigantes e aos acusados em geral não apenas em processos judiciais como também nos processos administrativos.

**São verdadeiras:**

- a) II e IV
- b) III e V
- c) I, III e IV
- d) II, IV e V
- e) Todas

**03. Sobre o controle de constitucionalidade, julgue verdadeiras ou falsas as assertivas a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:**

( ) – O controle preventivo de constitucionalidade é o realizado durante o processo legislativo de formação do ato normativo, podendo ser efetuado pelo Legislativo (pelas suas Comissões de Constituição e Justiça ou pelo plenário da Câmara ou do Senado) e pelo Executivo (pelo Presidente da República quando da sanção ou veto do ato normativo), mas não pelo Judiciário, que só exerce o controle repressivo da constitucionalidade (difuso ou concentrado).

( ) – O Presidente da República, uma vez reconhecendo ser constitucional a lei aprovada pelo Congresso Nacional, não poderá vetá-la alegando questões de conveniência e oportunidade, pois isso violaria o princípio da separação dos poderes, que coloca o Legislativo como o Poder responsável pela edição das leis, a quem cabe a análise dessas questões quando da sua criação.

( ) – O controle repressivo da constitucionalidade pode ser realizado pelo Judiciário (através da declaração de compatibilidade ou não de normas infraconstitucionais com a Constituição Federal), pelo Legislativo (que pode sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa) e pelo Executivo (cujos chefes podem determinar aos seus órgãos subordinados que deixem de aplicar administrativamente as leis ou atos com força de lei que considerem inconstitucionais).

( ) – O Tribunal de Contas da União, embora não pertença ao Poder Judiciário, pode, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público nos casos concretos que lhe são apresentados.

( ) – É possível a declaração de inconstitucionalidade de uma norma constitucional originária (nascida com a própria Constituição, não através de Emenda) se ficar caracterizado que ela conflita, por exemplo, com normas constitucionais de maior hierarquia, como aquelas que estabelecem os direitos e garantias individuais.

**A sequência correta é a seguinte:**

- a) V, V, V, F, V
- b) V, F, V, F, V
- c) V, V, F, F, F
- d) F, F, V, V, F
- e) F, F, F, V, V

**04. Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise as assertivas abaixo:**

I – São direitos de primeira geração aqueles inerentes ao homem (ex: liberdade, vida, propriedade, manifestação e voto); de segunda geração, os voltados à proteção da coletividade (ex: direito a um meio ambiente equilibrado, a uma saudável qualidade de vida, à conservação do patrimônio histórico e cultural e a outros direitos difusos); de terceira geração, também conhecidos como direitos sociais, econômicos e culturais, os que demandam do Estado prestações positivas (direito à saúde, ao trabalho, à educação, direito de greve, ao seguro social, ao amparo na velhice etc.);

II - São características dos direitos e garantias fundamentais: a) historicidade (possuem caráter histórico, passando pelas diversas revoluções e chegando aos dias atuais); b) inalienabilidade (não é possível sua transferência a qualquer título); c) irrenunciabilidade (não estão na disposição do seu titular, que não pode abrir mão de sua existência); d) imprescritibilidade (não se perdem com o decurso do tempo); e) ilimitabilidade (tais direitos são absolutos, não podendo sofrer limitação ou ponderação de qualquer espécie); e f) universalidade (destinam-se, de modo indiscriminado, a todos os seres humanos);

III – Embora o *caput* do art. 5º da CF faça menção apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País quando estabelece a quem os direitos e garantias constitucionais se destinam, prevalece o entendimento de que os estrangeiros não residentes que estejam no território nacional têm acesso, por exemplo, a algumas ações constitucionais para a defesa de direitos, como o *habeas corpus*;

IV – À luz do princípio da isonomia, a proibição genérica de acesso a determinados cargos públicos tão-somente em razão da idade do candidato constitui-se em flagrante inconstitucionalidade, mas é admitida pelo ordenamento quando estiver justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido;

V – É inconstitucional a exigência da prestação de serviços alternativos àquele que se recusa a prestar o serviço militar por motivo de crença religiosa, uma vez que a Constituição, no art. 5º, VIII, prevê plena liberdade de credo religioso, e ninguém pode ser privado de um direito pelo fato de estar exercitando outro direito.

**Estão CORRETAS as assertivas:**

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) IV e V
- e) I e V

**05. Aponte a alternativa CORRETA:**

- a) O Ministério Público tem, dentre suas funções institucionais, a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, e a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- b) Os membros do Ministério Público têm garantias análogas às dos Juízes, como a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, mas, diferentemente destes, não possuem vedações, porque enquanto os Juízes têm a obrigação de ser inertes, os membros do Ministério Público têm a obrigação de agir em defesa da sociedade;
- c) O Poder Judiciário, segundo a Constituição de 1988, é formado, no âmbito federal, pelos Tribunais Superiores, Tribunal Federal de Recursos, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- d) Segundo a Constituição de 1988, o Poder Judiciário deverá preencher um quinto das vagas de todos os seus Tribunais com membros do Ministério Público, com mais de 10 anos de carreira, e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional;
- e) Ao Ministério Público Federal, após a Emenda Constitucional 45/2004, incumbe fazer a defesa da União Federal em juízo.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**06. Considerando as assertivas abaixo:**

- I - A Administração Pública não precisa provar que seu ato é legal, salvo perante o Poder Judiciário ou o Tribunal de Contas quando suscitada a ilegalidade.
- II - A revogação de um ato administrativo opera efeitos *ex tunc*.
- III - Quando o administrador verifica que o ato administrativo não atende mais ao interesse público, levando em conta critérios de conveniência e oportunidade, deverá anulá-lo.
- IV - São elementos que compõem o ato administrativo: sujeito (ou competência), forma, finalidade, motivo (ou causa) e objeto.
- V - É o princípio da autotutela que possibilita à Administração invalidar seus próprios atos.

**Estão CORRETAS:**

- a) I, II e III
- b) I, IV e V
- c) II, III e IV
- d) Todas
- e) Nenhuma

**07. Com relação à Lei de Improbidade (Lei 8.429/92), analise as assertivas abaixo:**

- I - Aplica-se apenas aos agentes públicos. Os particulares que se beneficiaram do ato de improbidade devem ser processados com base na legislação ordinária que se aplicar ao fato.
- II - A indisponibilidade de bens de que trata esta lei tem caráter punitivo.
- III - Mesmo que o infrator condenado pelo ato de improbidade faleça antes de arcar com o pagamento das sanções pecuniárias (multa civil, reparação do dano, ressarcimento ao erário), estas poderão ser cobradas dos sucessores até o limite do valor da herança.
- IV - Considerando que as sanções de improbidade têm natureza civil e que até mesmo no processo penal já é possível a transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo, tem-se admitido que o Ministério Público, no curso da ação de improbidade, realize acordo com os réus para por fim ao processo, mas desde que o juiz verifique que esse ajuste atende ao interesse público.
- V - Diferentemente do que acontece em geral no direito penal, as pessoas jurídicas respondem como regra pelos atos de improbidade de que se beneficiaram.

**Estão CORRETAS:**

- a) Todas
- b) Nenhuma
- c) Apenas I e II
- d) Apenas III e IV
- e) Apenas III e V

**08. Tício, chefe administrativo de uma repartição pública, constata que Mévio, servidor ocupante de cargo em comissão, praticou um ato de improbidade administrativa. Resolve, então, exonerá-lo. Na hipótese dada:**

I – Tício poderá exonerar pura e simplesmente Mévio, sequer mencionando o motivo (prática de ato de improbidade administrativa) no ato de exoneração.

II – Mesmo que Tício mencione o motivo no ato de exoneração e que Mévio entre com ação judicial, apresentando provas de que não teria praticado o ato, a Administração Pública não precisará produzir prova no sentido contrário, isto é, de que Mévio incorreu em improbidade, porque este era um funcionário demissível *ad nutum* e há presunção de veracidade dos atos administrativos.

III - Em havendo a motivação da exoneração de Mévio, aplica-se a *teoria dos motivos determinantes*.

IV - Se o ato de improbidade houver causado lesão ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito, caberá a Tício representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens de Mévio, mesmo em se tratando este de servidor de livre exoneração e mesmo que não tenha motivado o ato de exoneração.

V - Considerando que o servidor já foi punido pelo ato de improbidade com a demissão do cargo, não será mais possível a propositura de ação de improbidade administrativa para a sua responsabilização, porque isto configuraria *bis in idem*, inadmissível ante a Constituição de 1988.

**Estão CORRETAS:**

- a) I, II e III
- b) III e V
- c) II, IV e V
- d) I, III e IV
- e) I, IV e V

**09. Considerando as seguintes assertivas:**

I - A responsabilidade extracontratual do Estado decorre somente da prática de ato ilícito.

II - A teoria da responsabilidade objetiva informa que a obrigação de indenizar do Estado surge do ato lesivo causado por culpa do serviço.

III - A obrigação de indenizar do Estado, segundo a teoria da responsabilidade integral, dá-se independentemente de qualquer culpa, exceto se o dano decorrer por culpa da vítima.

IV - A dor pela perda de um filho, sem reflexos patrimoniais, causada pela Administração Pública, não se constitui em dano indenizável.

V – O Estado responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, ficando assegurado ao Estado o direito de regresso contra os agentes causadores do dano, independentemente de dolo ou culpa destes.

**Estão ERRADAS:**

- a) Todas
- b) Apenas I e V
- c) Apenas II e IV
- d) Apenas III e V
- e) Apenas II e III

**10. Considerando as seguintes assertivas:**

I - Os bens de uso especial podem ser alienados pela administração independentemente de desafetação.

II - Os bens dominicais do Estado, por estarem afetados a fins específicos, não podem ser alienados, a não ser que sejam previamente desafetados.

III - Retrocessão é a obrigação do Poder expropriante de devolver ao expropriado o bem objeto de desapropriação quando não lhe der o destino declarado no ato expropriatório.

IV – Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, nem mesmo os dominicais.

V – As praias pertencem à União e são bens de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

**Estão CORRETAS:**

- a) I, II e III
- b) III, IV e V
- c) I, III e V
- d) I, II e IV
- e) Somente a V

**11. Considerando as seguintes assertivas:**

- I - a carência de ação tem a ver com a existência ou a inexistência do direito material controvertido entre os litigantes;
- II - pela possibilidade jurídica do pedido indica-se a exigência de que deve existir, abstratamente, dentro do ordenamento jurídico, um tipo de providência como a que se pede através da ação;
- III - o pedido juridicamente impossível torna a petição inicial inepta;
- IV - falta interesse de agir quando aquilo que se reclama do órgão judicial não será útil juridicamente para evitar a lesão temida pela parte autora;
- V - a legitimação extraordinária consiste em permitir-se, em determinadas circunstâncias, que a parte demande em nome alheio, mas na defesa de interesse próprio.

- a) I, II e III estão corretas;
- b) II, III e IV estão corretas;
- c) I, IV e V estão corretas;**
- d) II, III e V estão corretas;
- e) I, III e IV estão corretas.

**12. O Código de Processo Civil admite a cumulação de pedidos distintos e autônomos em um único processo, desde que:**

- I - todos os pedidos sejam necessariamente conexos.
- II - todos os pedidos sejam compatíveis entre si.
- III - o mesmo juízo seja competente para conhecer de todos os pedidos.
- IV - o tipo de procedimento seja adequado para todos os pedidos ou, se para cada pedido corresponder procedimentos diversos, o autor opte por imprimir o procedimento comum ordinário a todos eles.
- V - haja concordância tácita ou expressa do réu.

- a) I, III e IV estão corretas;
- b) II, III e V estão corretas;
- c) I, IV e V estão corretas;
- d) I, II e V estão corretas;
- e) II, III e IV estão corretas.

**13. Considerando as seguintes assertivas:**

- I - na doutrina moderna, a sentença que decretar a dissolução da relação conjugal se classifica como constitutiva negativa.
- II - não é permitido ao Magistrado, em nenhum caso, exercer o juízo de retratação em apelação.
- III - a sentença que declara a carência de ação não impossibilita a discussão e análise do mesmo fato em outra demanda.
- IV - a reconvenção deve apresentar um liame jurídico com a ação principal, seja em relação ao pedido, seja quanto à causa de pedir ou com o fundamento da defesa.

- a) Apenas a assertiva I está incorreta.
- b) Apenas a assertiva II está errada.
- c) Apenas a assertiva III está errada.
- d) Apenas a assertiva III e IV estão erradas.
- e) Apenas as assertivas I e II estão erradas.

**14. Com relação ao mandado de segurança, considere as seguintes assertivas:**

- I - Tem natureza jurídica de ação constitucional.
- II - Admite a produção de provas durante a instrução processual.
- III - A indicação errônea da autoridade coatora, como regra, conduz à extinção do processo sem julgamento do mérito.
- IV - Em se tratando de mandado de segurança preventivo, deve o impetrante atentar para o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.
- V - Não pode ser usado como sucedâneo de ação de cobrança, ainda que o direito ao crédito seja líquido e certo.

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- e) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

**15. Quanto aos recursos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O princípio do duplo grau de jurisdição está apenas implícito na Constituição Federal, sendo constitucional a lei que restrinja à parte o direito de percorrer duas instâncias jurisdicionais;
- b) É possível que o tribunal conheça de questão de ordem pública, piorando a situação do recorrente, sem que isso configure afronta à proibição da reformatio in pejus;
- c) Segundo o STJ, no reexame necessário, o Tribunal pode agravar a condenação imposta à Fazenda Pública, porque o reexame necessário não tem a natureza de recurso;
- d) Para o tribunal conhecer de recurso equivocadamente interposto, em aplicação ao princípio da fungibilidade, é necessário, dentre outros requisitos, que seja observado o prazo do recurso que seria o correto;
- e) O princípio da proibição da reformatio in pejus não está previsto expressamente no CPC, mas é corolário natural do princípio dispositivo, pelo qual o Judiciário só pode julgar mediante provocação da parte e nos exatos limites do que foi pedido.

|                      |
|----------------------|
| <b>DIREITO PENAL</b> |
|----------------------|

**16. Julgue as assertivas a seguir sobre as normas do Código Penal que tratam da aplicação da lei penal:**

- I – Acerca do tempo do crime, o Código Penal adotou a chamada teoria da atividade, considerando praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado;
- II – Curiosamente, quanto ao lugar do crime, houve a adoção da teoria da ubiqüidade, considerando o Código Penal praticado o crime tanto no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado;
- III - Aplica-se a lei penal brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido a bordo das embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem, pois, para efeitos penais, são consideradas extensão do território nacional;
- IV – Será punido segundo a lei penal brasileira o cidadão que tentar assassinar o Presidente da República brasileiro, mesmo que: esse cidadão seja estrangeiro; o crime tenha sido praticado fora do Brasil; tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro por esse crime; e não tenha havido requisição do Ministro da Justiça;
- V – João, brasileiro nato, foi condenado nos EUA por um furto em solo americano, porém fugiu para o Brasil antes de cumprir as penas aplicadas. Nosso Código Penal admite, no caso, que a sentença condenatória americana seja homologada no Brasil, pelo STJ, mas somente para que João sofra aqui os efeitos civis dessa condenação (como a reparação do prejuízo financeiro causado) ou medida de segurança, não admitindo, porém, a aplicação de penas criminais, como a prisão.

**Estão CORRETAS:**

- a) Todas;
- b) Nenhuma;
- c) I, II, IV e V;
- d) Somente I e II;
- e) Somente III, IV e V.

**17. Considere as assertivas a seguir:**

- I – Independentemente do tipo penal, responderá por ele todo aquele que o praticou dolosamente, desejando produzir o resultado, ou culposamente, quando, embora não o desejando, deu causa ao mesmo resultado por imprudência, imperícia ou negligência;
- II – Tipicidade penal é a subsunção perfeita da conduta praticada pelo agente ao modelo abstrato previsto na lei penal. Porém, se o fato praticado é apenas semelhante ao descrito no tipo (subsunção imperfeita), admite-se a utilização da analogia para responsabilizar penalmente o agente, suprimindo a lacuna no ordenamento jurídico;
- III – No sistema penal brasileiro, a pessoa jurídica não pode ser sujeito ativo de crimes, mas somente as pessoas físicas que a dirigem, porque aquela é apenas uma ficção jurídica, havendo incompatibilidade dessa condição com a prática de condutas e com o cumprimento de penas privativas de liberdade;
- IV – João, com intenção homicida, efetua um disparo contra Pedro, causando-lhe um ferimento grave que certamente o levará à morte. Logo após, o prédio no qual ambos se encontravam desaba e, posteriormente, comprova-se que a causa da morte de Pedro foi o soterramento, não o disparo recebido. Pode-se dizer que o desabamento é causa superveniente absolutamente independente do disparo, e João responderá apenas por tentativa de homicídio;
- V – Chame-se *iter criminis* o conjunto de etapas que se sucedem, cronologicamente, no desenvolvimento do delito (cogitação, preparação, execução, consumação e exaurimento). É correto afirmar que se trata de instituto específico para os crimes dolosos, porque cogitação e preparação são comportamentos que denotam intenção, e não culpa.

### Estão CORRETAS:

- a) Nenhuma;
- b) IV e V;
- c) I e III;
- d) II e IV;
- e) I e V.

### 18. Considere as assertivas a seguir:

I – Para o reconhecimento do arrependimento posterior, que importa na redução da pena de 1/3 a 2/3, é necessário que o crime tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa e que haja a reparação do dano ou a restituição da coisa, devendo essa a reparação ou restituição: 1) ser total, não apenas parcial; 2) ocorrer por ato espontâneo do agente; 3) até o recebimento da denúncia ou da queixa.

II – José, com intenção homicida, põe veneno na bebida de Paulo, que, inadvertido, ingere-a. Todavia, José se arrepende antes de o veneno produzir o efeito fatal e ministra um antídoto a Paulo. Não obstante, este morre. É correto afirmar que, mesmo com a morte de Paulo, José será beneficiado com a redução de pena, porque o desejo do legislador, ao criar o instituto do arrependimento eficaz, é premiar a intenção do agente.

III – Se, no exemplo anterior, a vida de Paulo tivesse sido salva pelo antídoto e se este não tivesse sofrido qualquer dano em virtude do veneno, a conduta de José seria absolutamente atípica, não configurando tentativa de homicídio ou lesão corporal;

IV – Sobre a desistência voluntária, é correto afirmar: 1) para sua configuração, o agente já deve ter entrado na fase dos atos de execução, pois se ainda estivesse nos atos preparatórios, sua conduta seria um indiferente penal; 3) a interrupção da execução acontece voluntariamente, quando o agente ainda era senhor da situação e ainda não havia esgotado os meios de que dispunha para consumar o crime; 4) responderá pelo atos já praticados caso eles por si sós configurem crime, e não pela tentativa do crime inicialmente pretendido;

V - Determinado agente ingressa numa residência, rende o seu proprietário mediante grave ameaça e se prepara para subtrair bens móveis. Logo em seguida, o agente escuta um barulho de sirene de polícia e, imaginando que seria preso, desiste de continuar com o plano inicial, colocando-se em fuga. Responderá apenas por violação de domicílio.

### Estão ERRADAS:

- a) I e II;
- b) III e IV;
- c) II e V;
- d) I e III;
- e) II e IV.

### 19. Analise as assertivas a seguir:

I – Na legítima defesa, alguém reage a uma agressão injusta, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, valendo-se moderadamente dos meios necessários, sendo isento de pena. Na legítima defesa putativa, a pessoa se engana na análise da situação, supondo haver injusta agressão que, na realidade, não há, devendo responder apenas por crime culposos se o seu erro foi inevitável.

II – O Código Penal estabelece que o incapaz de entender o caráter criminoso do fato que praticou, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, é isento de pena. Não obstante, se o fato praticado for típico e não houver excludentes de ilicitude, o MP deverá denunciá-lo, para que o juiz que lhe aplique medida de segurança.

III – Pedro, não habituado a ingerir álcool, decide participar de uma degustação de cachaça num restaurante local. Após algum tempo, fica completamente embriagado e promove uma confusão, quebrando objetos (crime de dano) e agredindo gravemente uma pessoa (lesão corporal grave). Segundo o Código Penal, deverá responder pelos crimes, mas as penas serão reduzidas de 1/3 a 2/3 se provar que a embriaguez lhe retirou totalmente a capacidade de discernimento.

IV – Quanto ao concurso de pessoas, o CP adotou a **teoria monista**, dizendo haver crime único para todos os co-autores e partícipes que concorrerem para a mesma infração penal, existindo liame subjetivo entre os agentes. Mas aproximou-a da **teoria dualista** no momento em que determinou a “punibilidade diferenciada para os partícipes”.

V – Sobre as penas restritivas de direito é correto afirmar que: 1) são autônomas e substituem as privativas de liberdade, desde que a condenação seja de até 4 anos, nos crimes dolosos ou culposos cometidos sem violência ou grave ameaça; 2) não podem ser aplicadas se o réu for reincidente em crime doloso; 3) nas condenações superiores a 1 ano, a substituição será feita por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

### Estão CORRETAS:

- a) I e III;
- b) II e IV;
- c) III e V;
- d) I e II;
- e) Nenhuma das anteriores.

## 20. Julgue as assertivas a seguir:

I – Sobre a suspensão condicional do processo, é correto afirmar que: 1) não pode ser oferecida de ofício pelo Juiz; 2) embora prevista na Lei 9.099/95, tem lugar em qualquer crime com pena mínima de até 1 ano, mesmo que não seja de competência dos Juizados Especiais; 3) a lei que alterou o conceito de crime de menor potencial ofensivo (que passou a ser aquele com pena máxima de até 2 anos) não repercutiu no referido requisito objetivo da suspensão.

II – Manoel, detentor de cargo comissionado na Procuradoria da República, leva para sua casa um computador funcional sob a alegação de que iria terminar um trabalho urgente. Porém, dele se apropria, não o devolvendo. Praticou, então, o crime de furto mediante fraude.

III – Carlos, servidor público municipal, obtém do INSS um benefício devido apenas a pescadores no período em que a pesca é proibida (defeso), mediante a apresentação de uma declaração falsa assinada pelo presidente da colônia de pescadores do município no sentido de que o primeiro seria pescador. Praticaram ambos o crime de estelionato, ficando a falsidade documental absorvida por este.

IV – Segundo a posição atual do STF, os crimes contra a ordem tributária de resultado tipificados no art. 1º da Lei 8.137/90 só se consumam com a constituição definitiva do crédito tributário pelo Fisco e, enquanto não ocorrer esse ato, não é possível o oferecimento de denúncia e sequer a instauração de inquérito policial.

V – A prescrição retroativa é modalidade de prescrição da pretensão executória que leva em consideração a pena concretamente aplicada na sentença. Uma vez ocorrida, atinge ela apenas a pena principal, mas não os efeitos secundários, penais e extrapenais. Assim, o réu terá seu nome inscrito no rol dos culpados, terá que pagar as custas processuais, poderá ser considerado reincidente e a vítima poderá executar civilmente a sentença transitada em julgado.

### Estão CORRETAS:

- a) Todas
- b) Nenhuma
- c) I, II e III
- d) II, IV e V
- e) I, III e IV

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

## 21. Sobre os princípios no processo penal, analise as assertivas a seguir:

I – Na ação penal pública, tendo o Ministério Público, nas alegações finais, postulado a absolvição do réu, não poderá o juiz prolatar sentença condenatória, sob pena de infringência ao princípio da correlação que deve haver entre os termos da acusação e a decisão final;

II - O contraditório possibilita tomar conhecimento das alegações da parte contrária, contra-alegar, contraditar as provas produzidas, contraprovar e tomar ciência dos autos e decisões judiciais para poder impugná-los;

III - Nas ações penais de iniciativa privada, vigora o princípio da indivisibilidade;

IV – O reconhecimento do princípio do "estado de inocência" na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, LVII) revogou as disposições que permitiam a prisão cautelar e importou na lógica de que o réu não precisa provar sua inocência, pois há uma presunção absoluta de que é inocente;

V - O princípio do juiz natural se revela na garantia de que só podem exercer jurisdição os órgãos instituídos pela Constituição; ninguém pode ser julgado por órgão instituído após o fato; e entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem de competências.

### Estão ERRADAS:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) I e IV;
- d) III e IV;
- e) II e V.

## 22. O Código de Processo Penal prevê que a denúncia terá os seguintes requisitos:

a) a exposição do fato criminoso, dos fatos que o antecederam e suas consequências, a classificação do crime, a pena cominada, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas;

b) a exposição do fato criminoso, a classificação do crime e a pena cominada, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas;

c) a exposição do fato criminoso, o classificação do crime e a pena cominada, a qualificação do acusado e da vítima e o rol de testemunhas;

d) a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime, a qualificação do acusado e, quando necessário, o rol de testemunhas;

e) a exposição do fato criminoso, , com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime, a pena cominada, a qualificação do acusado e da vítima, o rol de testemunhas e o valor da causa.

**23. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O Juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato;
- b) Não há embargos declaratórios na 1ª Instância Criminal;
- c) A intimação do Ministério Público Federal acerca dos atos processuais ocorrerá por publicação no Diário Oficial da União;
- d) o Juiz Criminal não está sujeito a prazos processuais;
- e) o Tribunal do Júri é órgão exclusivo da Justiça Estadual.

**24. A respeito do arquivamento de inquérito policial, assinale a opção CORRETA:**

- a) cuidando-se de ação penal privada, o arquivamento do inquérito policial poderá dar-se, decorrido o prazo decadencial, sem necessidade de requerimento do ofendido ou de seu representante legal;
- b) o Juiz, ao recusar o pedido de arquivamento, pode determinar o retorno dos autos a Polícia, para o prosseguimento das investigações;
- c) mesmo tendo-se convencido, sem margem a dúvida, da existência de uma causa excludente de ilicitude, não pode o Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial, por tratar-se de matéria de apreciação privativa do Poder Judiciário;
- d) há previsão legal para arquivamento do inquérito policial, *ex officio*, por despacho do Juiz, sem que haja necessidade de provocação do Ministério Público, desde que resulte evidenciada a inocência do indiciado;
- e) arquivado o inquérito policial por despacho do Juiz, em atendimento a requerimento do Ministério Público, é cabível ação penal subsidiária a que se reporta o artigo 29 do Código de Processo Penal.

**25. Analise os crimes hipotéticos descritos a seguir sob o aspecto da competência:**

I – João, enfurecido porque havia sido denunciado pelo Ministério Público Federal, assassina com três tiros o Procurador da República que assinou a denúncia, quando este estava de férias no interior de um supermercado, fazendo compras;

II – César, funcionário do Banco do Brasil (sociedade de economia mista com participação majoritária da União), subtrai para si a importância de R\$ 10.000,00 do caixa do banco;

III – Marcos, delegado de polícia federal, convida uma moça para dançar numa festa de forró em Campina Grande, ocasião em que é espancado violentamente pelo ciumento ex-namorado desta, causando em Marcos lesão corporal grave;

IV – Maria, valendo-se de um computador e impressora muito modernos que possui, falsifica, com perfeição, 10 cédulas de R\$ 50,00, utilizando parte delas, em seguida, para efetuar o pagamento da sua inscrição no vestibular da Universidade Estadual de Campina Grande;

V – Francisco, hacker de computador, consegue transferir fraudulentamente, através do sistema *internet banking* da Caixa Econômica Federal, R\$ 5.000,00 da conta de um cliente desse banco para a sua própria conta no mesmo banco, sacando-o logo em seguida num terminal eletrônico. A Caixa, após isso, ressarcie o prejuízo sofrido pelo cliente.

**São da competência da Justiça Federal os crimes descritos no incisos:**

- a) I, II e III;
- b) III, IV e V;
- c) I, IV e V;
- d) II, III e IV;
- e) I, III e V.

**PORTUGUÊS**

**26. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:**

- a) Não se levante contra o pessimista as acusações de imobilismo moral e inconsequência política;
- b) É comum calarmos diante dos descabimentos a que costumam dar destaque o noticiário da imprensa, e acabarmos, assim, por consenti-los;
- c) Ainda que não houvessem outras razões, o surdo idealismo dos pessimistas bastaria para os aceitarmos;
- d) Se aos jovens de hoje coubesse sonhar no ritmo das ficções projetadas em nossas telas, múltiplos e ágeis devaneios se processariam;
- e) Ficaram como versões melhoradas da nossa vida acomodada de hoje o vestígio dos nossos sonhos de ontem.

**27. As normas de concordância verbal e nominal estão gramaticalmente corretas na frase:**

- a) Diante de imagens que na tela se sucede, o usuário de um computador parece hipnotizado;
- b) Se fossem mais intensos por serem mais velozes, nossa reflexão e nossa emoção estariam hoje num patamar invejável;
- c) Principais responsáveis pelos primeiros meios de transporte, a tração animal veio a ser substituída pela dos motores;
- d) Uma vez que passe a atrair toda a nossa atenção, bons romances e belas peças musicais afastam nossa obsessão pela velocidade;
- e) Aos meninos diante da tela não costuma ocorrer que a velocidade que os preocupa acelera também a passagem da infância.

**28. Quanto à concordância nominal, analise as assertivas a seguir:**

- I - Tendo sido oferecida a transação penal pelo Ministério Público Federal, foi marcado, para o próximo dia 10 de maio, uma audiência para saber se o réu aceitará as condições propostas, bem como para a análise do preenchimento dos requisitos legais;
- II - Para o homem de bem e honrado deve ser devastador ter que responder a um processo criminal, de modo que aos Procuradores da República é necessário toda a cautela do mundo antes de oferecer uma denúncia à Justiça;
- III - Após concluir a elaboração da petição inicial da ação civil pública, o estagiário sugeriu ao Procurador que já enviasse as cópias que serviram de base para aquela anexo aos autos principais, e não em manifestação avulsa à Justiça Federal;
- IV - Nas audiências dos processos que tramitam em segredo de justiça, é proibido a entrada do público em geral. A participação nessas audiências fica restrita às partes, seus advogados, às testemunhas e aos serventuários do fórum;
- V - Faz dez anos que cumpro a minha pena. Estou quite com a Justiça. Não admito novas acusações sem antes ser feito uma perícia nos documentos e fique provado que as assinaturas me pertencem.

**Estão corretas:**

- a) I, II e III;  
b) II, III e IV;  
c) III, IV e V;  
d) I, II, III e IV;  
e) Nenhuma.

**29. Assinale a opção correta quanto à pontuação:**

- a) Promotores representantes da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), vão propor à Controladoria-Geral da União (CGU) a realização de convênio no projeto Contas na Mão. Nascido há cinco anos, o projeto tem como objetivo, formar comitês de cidadania para fiscalizar contas públicas em estados e municípios.
- b) Em 2003, o projeto ganhou o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. A parceria culminou na instrução normativa que obriga as prefeituras e as câmaras municipais a colocarem à disposição da população a prestação de contas municipais. A instrução tem como amparo a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) O projeto foi então, adotado pelo Fórum Permanente de Promotores de Justiça. “Depois, fizemos com que esses comitês tivessem participação em todas as atividades do estado, no planejamento do orçamento, na execução orçamentária e até, na prestação de contas”, explicou o promotor de justiça.
- d) O projeto Contas na Mão nasceu em 2000, a partir de audiências públicas no interior do Maranhão. Nesses encontros, os promotores discutiam com a população, o processo eleitoral e possíveis crimes como a compra de votos. “Depois, achamos que esse trabalho de conscientização, se estendesse para além do período eleitoral”, disse, um promotor de justiça.
- e) No Maranhão, os comitês são formados por cidadãos, indicados, pelos promotores de casa comarca do estado. Eles obtêm capacitação por meio de cursos realizados na capital São Luís, e também no interior. Tudo é mantido com recursos da Procuradoria-Geral de Justiça maranhense e or meio de parcerias com a AMPEM.

**30. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:**

- a) A indignação de muita gente não transpõe na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso, que não leva à ação.
- b) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.
- c) A indignação, de muita gente, não transpõe na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e assim os valores éticos acomodam-se, no plano raso de um discurso, que não leva à ação.
- d) A indignação de muita gente não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.
- e) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos, acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.

## PROVA SUBJETIVA

Escolha 01 (um) dentre os três temas apresentados abaixo e desenvolva uma dissertação:

**DISSERTAÇÃO.1: Controle de constitucionalidade.** Disserte sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Princípio da constitucionalidade;
- b) Controle difuso. Antecedente histórico (caso famoso ao qual se atribui a noção e idéia de controle difuso de constitucionalidade). Órgão(s) do Judiciário que pode(m) realizá-lo. Cláusula de reserva de plenário. Forma de suscitação da inconstitucionalidade pela parte e de declaração pelo Judiciário. Efeitos dessa declaração para as partes e para terceiros;
- c) Controle concentrado. Ações direta de inconstitucionalidade (ADI) e declaratória de constitucionalidade (ADCON) e seus objetos. Legitimados. Órgão(s) do Judiciário que pode(m) realizá-lo. Eficácia e efeitos da declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade nessas ações.

**DISSERTAÇÃO.2: Prisão no processo penal.** Disserte sobre as diversas espécies de prisão no processo penal brasileiro, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Distinção entre prisão penal e prisão processual;
- b) Prisão em flagrante e suas espécies (flagrante próprio, impróprio e presumido);
- c) Prisão preventiva;
- d) Diferença entre concessão de liberdade provisória, revogação da prisão preventiva e relaxamento da prisão em flagrante.

**DISSERTAÇÃO.3: Ação civil pública.** Disserte sobre os aspectos materiais e processuais da ação civil pública (ACP), abordando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de ACP, espécies e classificação dos direitos por ela defendidos, com exemplos;
- b) Razão de ser da ACP (por que não deixar tais direitos serem defendidos pelos particulares individualmente?);
- c) Lei que disciplina a ação civil pública no Brasil, legitimidade, competência territorial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República na Paraíba**

**SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO 2009**  
**Data: 26.04.2009**  
**FOLHA DE RESPOSTAS E DISSERTAÇÃO**

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>QUESTÃO 01</b> |  |
| <b>QUESTÃO 02</b> |  |
| <b>QUESTÃO 03</b> |  |
| <b>QUESTÃO 04</b> |  |
| <b>QUESTÃO 05</b> |  |
| <b>QUESTÃO 06</b> |  |
| <b>QUESTÃO 07</b> |  |
| <b>QUESTÃO 08</b> |  |
| <b>QUESTÃO 09</b> |  |
| <b>QUESTÃO 10</b> |  |
| <b>QUESTÃO 11</b> |  |
| <b>QUESTÃO 12</b> |  |
| <b>QUESTÃO 13</b> |  |
| <b>QUESTÃO 14</b> |  |
| <b>QUESTÃO 15</b> |  |
| <b>QUESTÃO 16</b> |  |
| <b>QUESTÃO 17</b> |  |
| <b>QUESTÃO 18</b> |  |
| <b>QUESTÃO 19</b> |  |
| <b>QUESTÃO 20</b> |  |
| <b>QUESTÃO 21</b> |  |
| <b>QUESTÃO 22</b> |  |
| <b>QUESTÃO 23</b> |  |
| <b>QUESTÃO 24</b> |  |
| <b>QUESTÃO 25</b> |  |
| <b>QUESTÃO 26</b> |  |
| <b>QUESTÃO 27</b> |  |
| <b>QUESTÃO 28</b> |  |
| <b>QUESTÃO 29</b> |  |
| <b>QUESTÃO 30</b> |  |





